

# Há seis anos fila do desemprego passa de 10 milhões de pessoas

Montante foi atingido em 2016. Hoje, 11,9 milhões de brasileiros, mais do que a população do RS, buscam vaga no mercado

**RAFAEL VIGNA**

rafael.vigna@zerohora.com.br

A estabilidade da taxa de desocupação no país, em 11,1%, e em quase todos os Estados nos primeiros três meses do ano, reforça a persistência de um cenário desanimador enfrentado pelos brasileiros há exatos seis anos: a convivência com altos níveis de desemprego. Agora, são 11,9 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, o que equivale a pouco mais da totalidade da população do Rio Grande do Sul.

Os dados coletados entre janeiro e março de 2022 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na sexta-feira, não demonstram, na avaliação de muitos especialistas, a estabilidade dos saldos de vagas em território nacional ou a volta aos patamares pré-pandemia. Pelo contrário, apontam, sim, para a permanência de um quadro de estagnação que impede a acomodação de mais de 10 milhões de pessoas no mercado de trabalho e amplia os efeitos da retração para a economia.

Esse é o contingente de cidadãos que vive às margens do emprego no Brasil desde o primeiro trimestre de 2016. E, mesmo com algumas oscilações nas últimas amostragens do ano passado, de acordo com o coordenador da PNAD/IBGE no RS, Walter Rodrigues, chegar ao nível anterior ao da pandemia, em 2019, não pode "ser considerado um grande feito". Ele justifica a afirmação pela correlação estreita entre desemprego e produção:

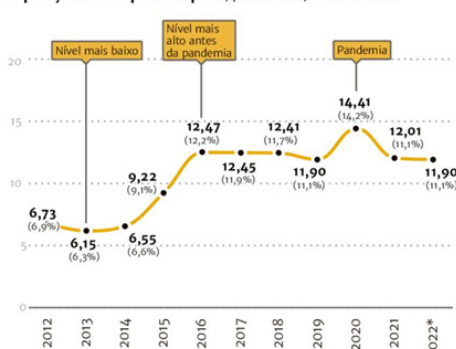
– Vivemos um ciclo negativo: se a situação está ruim nos empregos, a população tem menos poder aquisitivo. Isso faz com que a economia não cresça. Uma economia que não cresce não contrata e ingressa-se num processo de retroalimentação desse mesmo ciclo.

Em meio ao espiral de problemas, Rodrigues destaca um fenômeno que também é bastante típico do Rio Grande do Sul. Trata-se da escalada de postos gerados na subcategoria dos trabalhadores

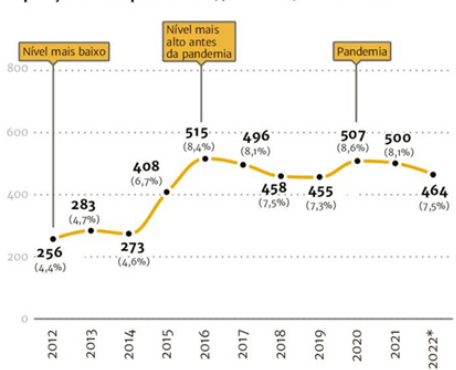
## Os números

### O HISTÓRICO DO DESEMPREGO

População desocupada no país (4º trimestre) – em milhões



População desocupada no RS (4º trimestre) – em milhares



\*1º trimestre de 2022

Fonte: OIT e IBGE

por conta própria, ou os informais. Segundo ele, percebe-se, a partir de 2021, uma recuperação, "que inicialmente poderia parecer positiva", mas foi centralizada nesses grupos, isto é, os que recebem as piores remunerações.

Entre as causas, ele aponta a rápida saída do mercado de trabalho das pessoas que ganhavam menos, na pandemia. E acrescenta: rendimentos médios experimentaram elevação por período restrito, "pois os que recebiam menos deixaram de puxar a média salarial para baixo". A partir do ano passado, diz Rodrigues, a curva inverteu. Informais retornaram e, outra vez, achataram os cálculos salariais. Esse é um dos fatores que levaram o rendimento médio apurado, de janeiro a março, ao patamar de R\$ 2.548. Apesar do aumento de 1,5% em relação ao último trimestre de 2021 (R\$ 2.510), a cifra é 8,7% inferior à registrada em igual período do ano passado (R\$ 2.789).

## Subsídios para empresas e investimento em educação

Economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS, Ely José Mattos afirma que possíveis soluções passam por duas agendas, uma de "curtíssimo prazo", e outra de "longa duração". A primeira, argumenta, é formada por medidas de incentivo direto, como auxílios, subsídios para empresas e financiamentos facilitados em determinados setores que mais contratam.

Para garantir empregos, diz Mattos, é preciso ampliar o horizonte e não há alternativa que não passe pelo Ensino Básico. Segundo ele, o desequilíbrio educacional traz na bagagem a baixa mobilidade social. E aponta que algumas melhorias, obtidas na comparação com as décadas de 1980 e de 1990, foram alcançadas, mas entram em declive. Nesse aspecto, acrescenta, um dos trunfos seria o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado pelo governo federal em 2004 para conceder bolsas de estudo em graduação e cursos sequenciais.

– Quando filhos de pessoas que não têm Ensino Superior obtêm a graduação, ocorre a

mobilidade social, porque essas pessoas trocam de patamar. São medidas de longo prazo. E é preciso entender que precisamos corrigir algo que levará, no mínimo, uma geração – considera.

No que tange aos Estados e municípios, diz o economista, sobram as ações mais pontuais. Em Porto Alegre, por exemplo, que possui Sistema S fortalecido (conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas ao treinamento profissional), é possível ampliar capacitações, que tendem a funcionar, segundo ele, porque são localizadas, de fácil absorção, porém com alcance limitado:

– Não há como revolucionar a partir do Estado, ainda que haja a responsabilidade sobre a educação de base. Mas sem a atribuição de fazer política monetária e cambial, sobra só um pouco de política fiscal e orçamento limitadíssimo para implementar medidas duradouras. Para voltar a um patamar menos cruel, de 6 milhões de desempregados, como em 2012, não tem jeito, deve haver um movimento nacional.

– Quando filhos de pessoas que não têm Ensino Superior obtêm a graduação, ocorre a

## Histórico

- No Brasil, puxada pela informalidade, a taxa de desocupação (percentual de pessoas da força de trabalho que estão desempregadas) apurada no primeiro trimestre deste ano já é igual ao nível pré-pandemia (também 11,1%), depois de ter atingido o pico de 14,9% entre o terceiro trimestre de 2020 e o primeiro de 2021. Ainda assim, está distante dos 6,3% registrados no quarto trimestre de 2013, quando o desemprego alcançou o menor nível da série histórica na PNAD Contínua.

- No RS, a trajetória decrescente, pós-covid-19, começa no primeiro trimestre de 2021, quando a taxa saiu de 9,5% para 8,9%, até bater em 7,5%, nos três meses iniciais de 2022. O desemprego é pouco superior aos 7,3% exibidos no ano

anterior ao da pandemia. Por outro lado, está bastante acima do menor patamar, de 4,4%, nos três meses finais de 2012.

- Em números absolutos, no Brasil, na comparação entre o quarto trimestre de 2012 e o primeiro de 2022, a população desocupada quase dobrou – de 6,7 milhões para quase 12 milhões (78,5%). Significa que um contingente de 5,2 milhões de brasileiros foram alçados às indigestas estatísticas do IBGE e por lá permanecem há seis anos.

- Ainda assim, o RS tem uma das menores taxas de desocupação entre unidades da federação: 7,5%



## Necessidade de qualificação e críticas à reforma trabalhista

Com saldo de 8,9 mil vagas criadas em 12 meses, até março deste ano, a indústria puxa as contratações no Rio Grande do Sul (*quadro abaixo*). Ao contrário do que ocorre com a agricultura e a pecuária, que atuam em igual período com retração de 2,8 mil postos de trabalho no Estado, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o chamado setor secundário teria potencial para absorver um contingente maior de gaúchos.

E o que aponta o diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-RS), Carlos Trein, ao identificar a falta de qualificação como um dos problemas do atual mercado de trabalho.

Segundo ele, o segmento, que enfrentou a sua maior recessão na história entre 2018 (antes da pandemia) e 2020 (no auge das medidas restritivas contra a covid-19), voltou a contratar com força, mas esbarra na falta de mão de obra com formação adequada.

A má notícia é que o cenário, diz Trein, pode ser agravado. Isso porque a indústria 4.0 (automação das fábricas) demandará mudanças no perfil das atividades. De acordo com o relatório Future of Jobs (futuro dos empregos), do Fórum Econômico Mundial, 75 milhões de vagas, hoje manuais, deixarão de ser preenchidas por humanos. A boa notícia é que outros 133 milhões serão criadas (saldo de 58 milhões), porém, exigirão mais qualificação.

Nesse aspecto, o diretor de educação da Federação das Entidades Empresariais do RS (Federasul), Fernando de Paula, apresenta balanço dos efeitos da pandemia para escolas profissionalizantes gaúchas. De 9 mil estabelecimentos privados do tipo, em 2019, restaram 4 mil ativos. A redução de 55% indica a falta de incentivos e convênios capazes de amenizar a situação, comenta de Paula.

O economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS, Ely José Mattos, sustenta a premissa.

Afirma que o Brasil é "claramente" um país com qualificação baixa. E acrescenta: isso significa que os trabalhadores brasileiros são pouco produtivos e, por mais que se esforcem, por 8h ou 9h diárias, o valor que geram na economia tende a ser menor do que em países onde a educação é mais valorizada.

### Contratos

O economista e professor da UFRGS Cássio Calvete discorda que o panorama atual passe pela formação da mão de obra. Calvete atribui parte das taxas elevadas de desemprego e dos baixos rendimentos médios à reforma trabalhista de 2017. Segundo o economista, ao instituir cinco novos vínculos de trabalho (teletrabalho, contrato intermitente, autônomo exclusivo, terceirização e tempo parcial), a legislação sinalizou "a trilha para a precarização" e pressionou para baixa remuneração.

A promessa não efetivada de criar 2 milhões de novas vagas com a reforma, diz o professor, em nada se relaciona com efeitos da pandemia. Ele identifica contraposição de dois fatores de ordens macro e microeconômicas. Na micro, alega Calvete, a redução de custo de mão obra associada à legislação deveria proporcionar ambiente para criação de empregos. Porém, na macro, a diminuição do poder de compra age como novo freio para gerar postos de trabalho.

Foram instituídos dois vetores.

O primeiro gera emprego. O segundo, desemprego. O predomínio de um sobre o outro dependeria de série de fatores, como expectativas e produtividade da economia. A julgar pelos dados, não prevaleceu aquele que geraria empregos e, de quebra, contrariando a lógica, ainda temos a inflação que não para de subir. Em outras palavras, há um fator real dessa precarização que é a diminuição da remuneração dos trabalhadores. E isso nunca ajudará qualquer processo de retomada da economia – avalia.



Cena registrada na Avenida Independência, em Porto Alegre, no final de abril deste ano

## Quadro amplia desigualdade

A permanência dos altos índices de desemprego tem relação direta com a crise econômica. De um lado, são gerados pelo desaquecimento e, de outro, acentuam as dificuldades de retomada do crescimento. O resultado, aponta André Salata, sociólogo e professor da Escola de Humanidades da PUCRS, é o aprofundamento da desigualdade social.

Ele explica que a taxa de desocupação em patamares elevados afeta em cheio as camadas mais pobres da população. No 7º boletim da desigualdade, assinado por Salata, é empregada metodologia

do Banco Mundial que estabelece parâmetros para ampliação da extrema pobreza (pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1,90 diários, ou o equivalente a R\$ 9,67), nas 26 regiões metropolitanas que concentram 40% da população brasileira (80 milhões de pessoas).

Entre as constatações do levantamento, em 2020, no conjunto das metrópoles, 4,2% das pessoas estavam abaixo da linha de miséria. Se não fossem aplicadas medidas como o auxílio emergencial, concedido pelo governo federal, a taxa chegaria a 10,3% desse

universo de pessoas em agosto de 2020, diz o sociólogo.

Passado o pico das restrições de mobilidade com a pandemia, no entanto, o estudo também indica que, no 4º trimestre de 2021, 23,6% dos moradores dessas metrópoles viviam em domicílios cuja renda média per capita do trabalho era de até um quarto (R\$ 303) do salário mínimo (R\$ 1.212).

No auge da pandemia o percentual chegou a 29,7%. Significa que, hoje, 19,7 milhões de pessoas residem em casas com essas características.

### Na América Latina

O economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS Ely José Mattos chama a atenção para o fato de que, mesmo com os efeitos da pandemia, sentidos em todo o planeta, o Brasil ainda apresentava, no fechamento de 2021, mercado de trabalho mais corrido do que o de seus pares na América Latina (*ver quadro*).

Nesse contexto, a taxa de desocupação, por aqui (11,1%), ficava acima de economias fragilizadas, há bastante tempo, como é o caso da Bolívia, cujo índice era de 5%, e da Argentina, com 9,3%, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O desempenho nacional, salienta Mattos, também está longe do ideal quando o critério é a média dos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 6%.

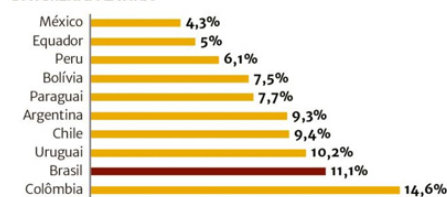
Ele explica que sempre haverá algum percentual de desemprego, independentemente do desempenho do produto interno bruto (PIB) de uma nação.

É o que se denomina, diz Mattos, de desemprego friccional. Ou seja, aquelas pessoas que estão fora do mercado por razões que não se relacionam com a oferta e a demanda de vagas e fazem com que, em economias desenvolvidas, como as do Japão e da Suíça, por exemplo, haja índices de 2% e 2,5%, respectivamente.

– Não há número mágico que indique níveis perigosos, mas alguns dados,

quando tomam corpo, demonstram uma patologia, um sinal de que a economia não vai bem. Quando há uma sociedade com desemprego acima do nível friccional, significa que não consegue alocar essas pessoas que deixam de produzir e gerar crescimento e consumo no país. É o que vivemos, hoje, no Brasil, onde a taxa pode ser considerada muito elevada e bastante permanente – avalia Mattos.

### TAXA DE DESOCUPAÇÃO NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS DA AMÉRICA LATINA



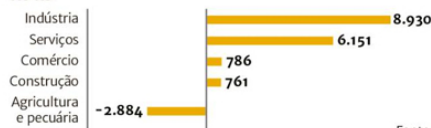
Fonte: IBGE e OIT

### Setores

Nos últimos 12 meses, indústria puxou a criação de vagas no RS

#### MAIORES SALDOS DE POSTOS CRIADOS

##### No RS



Fonte: IBGE

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Economia Pagina: 10 e 11